

Sou metade Maria, metade José: Recontando uma História de Vida à luz das Discussões de Gênero

Autoria: Isabel Cristina da Silva, Késia Aparecida Teixeira Silva, Maria de Lourdes Souza Oliveira

RESUMO:

O nosso estudo objetivou recontar a história de vida de Maria José (mulher, branca, lésbica, espírita e trabalhadora) à luz das discussões das desigualdades de gênero. Buscamos conhecer a trajetória de vida familiar, social e profissional, e investigar como ela vivenciou a passagem da sociedade patriarcal para o século das mulheres. O horizonte metodológico foi a história de vida e as narrativas memoriais, tratadas por meio da análise de discurso. A história de Maria demonstra que ela sofreu repressões na família, na vida social e menos expressivamente no trabalho, pois o contexto já caminhava rumo à igualdade de gênero.

Palavras-chaves: Gênero. Trabalho. Diversidade

1. Aspectos introdutórios

Desde a sua formação como um campo interdisciplinar nos anos 1970, os estudos sobre gênero têm travado importantes debates, que vão além da constatação de que as sociedades estabelecem significados distintos para o masculino e o feminino. É prudente destacar que quando se fala em gênero para pensar o masculino e o feminino nas relações sociais, não está se referindo a um dado biológico, mas sim a uma construção histórica e sociocultural, imbricada de valores, diversidades e relações sociais e de poder. Assim, a ideia de gênero diz respeito às formas como cada sociedade constrói significados a respeito das diferenças sexuais e estrutura as relações entre homens e mulheres (SCOTT, 1989; SOIHET, 1997).

Os estudos sobre gênero ganharam força e proeminência por meio das pesquisas universitárias, que pretendiam deslocar a mulher das referências e das notas de rodapé e incorporá-la ao corpo dos trabalhos como o sujeito-objeto dos estudos. Outro ponto que favoreceu essa discussão, conforme destacado por Aranguren (1991), foram os movimentos sociais e os fortes apelos da sociedade para uma mudança de paradigma na concepção da mulher. Cumpre atentar que a partir do século XX, os movimentos feministas ganham maior visibilidade e as mulheres iniciam uma longa caminhada rumo ao alcance de igualdade nas relações que estabelecem na sociedade. No entanto, reconhecemos que algumas desigualdades ainda se fazem presentes no cotidiano feminino. Os séculos patriarcais dificultam a emergência de uma sociedade capaz de enxergar homens e mulheres como indivíduos iguais em direitos. Diante dessa constatação surge o desejo de recontar a história de vida de Maria José (mulher, branca, lésbica, espírita e trabalhadora), tomando como enfoque as discussões de gênero.

Para viabilizar essa construção buscamos conhecer a trajetória de vida familiar, social e profissional da atriz social e investigar como ela vivenciou a passagem de uma sociedade patriarcal para o século das mulheres. Procuramos empreender um diálogo analítico acerca da violência de gênero e suas implicações, sustentando a premissa de que esse debate está instituído em um contexto histórico que enfatiza a inferioridade feminina e sua marginalização. O horizonte metodológico que norteou nossa pesquisa foi a história de vida, viabilizada por meio de entrevistas em profundidade e narrativas memoriais, tratadas por meio da análise de discurso.

Assim, o presente artigo encontra-se dividido em seis capítulos que abordam desde a estruturação da pesquisa até sua conclusão. Esta introdução é o primeiro capítulo, seguido pela revisão teórica que norteia as discussões e teorizações de diversos autores estudiosos de gênero. Posteriormente, temos o percurso metodológico que orientou a pesquisa. Segue-se, no quarto capítulo com a apresentação da história de vida de Maria José e as discussões de gênero possíveis a partir de seus relatos. Finalmente, apresentam-se as considerações finais, demonstrando os avanços conquistados por meio desse estudo. O último capítulo trás as referências bibliográficas utilizadas pelas pesquisadoras na construção desse trabalho.

2. Construções históricas e sociais das relações de gênero

Quando se pretende desenvolver uma revisão histórica é cogente destacar que esta sempre está sujeita às percepções e interesses daqueles que contam e recontam os fatos, como afirmam Clark e Rowlinson (2004). Sobre esse aspecto Chartier ao prefaciá-la obra de Norbert Elias (2001) argumenta que para ele a questão da revisão histórica dos fatos ou fenômenos perpassa por três fraquezas fundamentais: (i) supõe um caráter único para os acontecimentos que se estuda e analisa; (ii) postula que a liberdade do indivíduo é fundadora de todas as suas decisões e ações; (iii) remete as evoluções principais de uma época às livres intenções e aos atos voluntários daqueles que tem força e poder. Desse modo, este item não está descartado de incorrer esses erros, e, justamente por isso, não tem a pretensão de ser

entendido como o “histórico oficial das relações de gênero”. Pelo contrário, almeja-se aqui apenas destacar alguns aspectos desse processo evolutivo, por meio de uma perspectiva mais crítica e reflexiva, e para isso faz-se necessário concatenar contribuições de diversos autores, que trazem à tona dimensões sociais desse construto.

2.1 História, Gênero e Mulher – um mergulho no oceano das desigualdades de gênero

Não é a primeira vez que o exercício de “voltar ao passado” ajudará a iluminar caminhos e clarear perspectivas (DEL PRIORE, 2006). Portanto, volta-se ao passado para denotar que o histórico das relações de gênero e as diferenças entre as civilizações provocaram as disparidades entre os sexos feminino e masculino, conforme destaca Perrot (2007). Sob este aspecto, Stearns (2007) fornece fatos de que à medida que as civilizações se desenvolveram, a partir dos contatos e das limitações das trocas, as relações entre homens e mulheres, a determinação de papéis e a definições de atributos de cada sexo foram tomando forma e ganhando características essenciais. De modo que a dimensão histórica destaca que o gênero é o produto da socialização de experiências vividas entre homens e mulheres, resultando em práticas que determinam a construção social dos corpos e a arbitrária divisão dos gêneros na sociedade (PERROT, 2007; STEARNS, 2007; FIGUEIREDO, 2001).

Tem-se que as relações de gênero ocorrem entre sujeitos historicamente situados e, desta forma, podem ser descritas como construções sociais, que possuem base material e representam o processo da produção dos lugares de poder de homens e mulheres na sociedade, como indica Saffioti (2004). Especialmente Scott (1989) refere-se a gênero como sendo os aspectos psicológicos, sociais e culturais da feminilidade e masculinidade e não os componentes biológicos, anatômicos e o ato sexual que caracterizam o sexo. Assim, o papel de gênero passa a representar o conjunto de expectativas em relação aos comportamentos sociais que se espera das pessoas de determinado sexo. Não obstante, há que se esclarecer que ao se tratar gênero não se está buscando diferenciar características biológicas existentes entre homens e mulheres, mas mostrar que essas diferenças não deveriam ser relevantes no que se refere ao tratamento desses na sociedade (SCOTT, 1989; STEIL, 1997; SOIHET, 1997).

Ao longo da história as relações de gênero foram marcadas por contextos de exploração e de dominação entre homens e mulheres, destacando a supremacia do primeiro sobre o segundo (NOVO, 2003; ARANGUREN, 1991; SAFFIOTI, 2004). Essa relação se deve, em grande medida, aos postulados da sociedade patriarcal, que desde sua implantação, privilegiou interesses masculinos em detrimentos dos femininos, constituindo, assim, um sistema de rejeição às mulheres enquanto classe e sujeito social.

Sobre a cultura patriarcal é importante destacar que preexistia a convicção de que as mulheres eram seres frágeis, irracionais, mas indispensáveis ao prazer dos homens e insubstituíveis no processo de reprodução (NOVO, 2003). De tal modo que o poder masculino concebeu a mulher como a face oculta, sem voz, sem identidade, mas ao mesmo tempo atraente, ou seja, objeto sexual da humanidade. Neste campo, os homens como categoria social tinham liberdade quase absoluta, pois desfrutavam de autonomia e conceito político coletivo, cujo significado era não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos e seus interesses. Já as mulheres, como categoria social, precisavam solicitar autorização da primeira categoria (SAFFIOTI, 2004; TOURAINE, 2007; CASTELLS, 2008).

Nessa discussão, Stearns (2007) acrescenta que nas sociedades patriarcais, os homens eram considerados criaturas superiores em todos os sentidos da vida social, com direitos legais que as mulheres não possuíam. A elas cabiam a arte de servir, preparar artesanato típico e fornecer sexo aos homens (FIGUEIREDO, 2001), além das obrigações e afazeres domésticos, que envolviam assumir as tarefas do casamento, da maternidade e da educação

dos filhos, como salienta Cappellin (1989). Os homens mandavam, as mulheres obedeciam (STEIL; 1997; PERROT, 2007).

Paradoxalmente Beauvoir (1949) aborda o drama da mulher nos vários âmbitos da vida em sociedade, demonstrando como que ao longo de sua história ela foi concebida como o “*Outro*”. A autora enfatiza que essa negação da mulher como o “*Outro*” a transformava em um ser inanimado, sem alma, desprovido de valor, ao passo que o homem era o sujeito absoluto. Ela reforça que para São Tomás de Aquino a mulher era um homem incompleto, um ser ocasional, e por mais que se avance na história, ela sempre estivera subordinada ao homem.

Destarte, as mulheres de modo geral, não tinham direito à vida pública, o que significava a impossibilidade não apenas do acesso aos negócios, aos cargos políticos e de direção, à cultura e a educação, como também a do desfrute da sociabilidade dos bares, restaurantes, cafês e de determinados espaços de lazer ou prazer. Pelo menos, não nas mesmas condições que os homens, conforme destacado nos escritos de Novo (2003). As mulheres viveram uma vida sem identidade e só recentemente conseguiram se posicionar como sujeitos sociais ativos (BEAUVIOR, 1949).

Vale dizer que, desde a antiguidade, ser mulher era sinônimo de pecado, como advoga Várzea (2003). Conforme a autora a sociedade construiu teorias e regras que colocavam a mulher em posições subalternas. Quando importado para a época cristã, redundou na premissa de que a mulher era um ser acidental e falho, e, portanto, jamais poderia ser semelhante a Deus. Mulher boa era mulher de família, sabia bordar, agradar, parir, mas ler, nem pensar. Rago (2004) complementa que elas eram excluídas do direito ao corpo e ao prazer sexual e sujeitas a preconceitos e tabus acerca da sexualidade, ou eram prostitutas ou santas. Ainda na concepção da referida autora, só muito recentemente...

(...) as mulheres passaram a usufruir do prazer sexual, a exprimir seus desejos, a conhecer o próprio corpo, a ler seus sinais e a interpretar suas mensagens, escapando à normatividade das interpretações femininas que anulavam sua sexualidade e desconheciam seu corpo (RAGO, 2004, p.39).

Destarte, a inferioridade desse sexo foi provada na religião, na filosofia, teologia, ciência, psicologia e política (BEAUVIOR, 1949) e somente a partir do século XX a mulher passa a conquistar seu espaço e começa a adentrar-se no mercado de trabalho. Ser mulher deixou de implicar necessariamente apenas a gravidez e o parto, rompendo com a ideologia da domesticidade (RAGO, 2004). Outrossim, movimentos e lutas sociais contribuíram para esse avanço, especialmente o feminismo, que ajudou a instituir reflexões críticas acerca das atitudes, discursos e preceitos equivocados da sociedade. A partir de então, assiste-se à participação e intervenção social da mulher nos espaços públicos e sua consequente emancipação, bem como o empenho de algumas camadas dessa mesma sociedade em prol da construção de um mundo fundado na equidade de gênero.

2.2 O século das mulheres – a reviravolta na família, no trabalho e na vida social

A grande virada feminina e feminista do chamado “século das mulheres”, o XX, foi o direito à existência (RAGO, 2004). Hirata (2002, p. 275) afirma que passar de temas de pesquisas em que “as mulheres são invisíveis enquanto atores sociais” para a consideração das relações sociais sexuadas sinaliza “efeitos de renovação teórica”. Alguns autores, inclusive, afirmam que a verdadeira revolução acontecida no século foi a revolução feminista, visto que esse movimento assinalou o começo de uma etapa em que as mulheres passam a ser reconhecidas como sujeitos (ARANGUREN, 1991) e começam a atuar no domínio público (PERROT, 2007).

Schmidt (2004) analisa o feminismo no contexto cultural e político e o compreende a partir de quatro enfoques: (i) feminismo como uma arena, onde o discurso feminista deve abranger abordagens diversas, em que diferentes vozes se intersectam: étnicas, sexuais, raciais, geracionais, religiosas, geográficas, etc.; (ii) feminismo como campo teórico, que consiste em romper com as dicotomias da relação teoria-prática; (iii) feminismo como prática interpretativa, que direciona novas interpretações; e (iv) feminismo como um lugar político, em que se busca rever e subverter lugares de poder, estabelecendo relações de redes horizontais e transversais, que reorientam a prática feminista. Para a autora, compreender o feminismo envolve vivenciá-lo em seu contexto.

Conforme apresentou Castells (2008) as disputas travadas pelo movimento feminista permitiram que a mulher “tomasse consciência” (grifo do autor), de sua posição na sociedade, deixando de aceitar tacitamente a configuração e condição inferiorizada de sujeito social imposta pela massa masculina. Saffioti (2004) complementa que as lutas femininas desempenharam um papel relevante na mudança de mentalidade da sociedade, e tal mudança repercutiu no aumento das mulheres nos postos de trabalho, aumento do poder de voz e outras conquistas.

Especialmente Perrot (2007) menciona sobre a participação das mulheres nas frentes de trabalho, contextualizando todo o histórico de exploração e discriminação que antecederam esse quadro. O envolvimento delas se deu inicialmente nas atividades rurais (camponesas) e, posteriormente na indústria, passando a compor associações e sindicatos, ONGs e, principalmente o comércio. Com o avanço do terceiro setor, as mulheres passaram a ocupar novos cargos – vendedoras, secretárias, enfermeiras, professoras, mas ainda permeados por restrições, preconceitos e tratamentos diferenciados em função do contexto histórico de suas representações sociais (HIRATA, 2002).

A respeito dessa inserção das mulheres no campo profissional, Figueiredo (2001) contextualiza sobre as dificuldades das mesmas galgarem postos nobres de trabalho e chama a atenção para as remunerações desiguais entre homens e mulheres. Destarte, invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sobre a força de trabalho feminina (PAULILO, 1987), uma vez que as mulheres são engajadas em funções menos qualificadas e com menor oportunidade de mobilidade ocupacional.

Ademais, a inserção da mulher no trabalho profissional também provocou grandes mudanças na organização familiar e na vida social, pois estas passaram de uma posição de anonimato para atuarem como sujeitos representativos em diferentes instituições (CAPPELLIN, 1989) assumindo várias identidades (mãe, mulher, trabalhadora, etc.). Por exemplo, na família elas não deixaram de ser as “responsáveis pelo lar”, além de carregarem a maior responsabilidade sobre a criação e educação dos filhos. Na esfera social, as mulheres agora necessitam se estabelecer lindas, bem vestidas, na moda, etc. Sem contar que, mesmo com a dupla jornada de trabalho, elas precisam estar sempre cheirosas, sorridentes e bem dispostas (TOURAINÉ, 2007). Todavia, neste contexto, a construção da trajetória socioprofissional da mulher ainda é marcada por sinais de dominação masculina e pelo peso da origem social (GEORGES, 2008).

Será que os movimentos sociais, em especial o movimento feminista, contribuíram de fato para se avançar da concepção de uma sociedade patriarcal para uma sociedade igualitária de gênero? Terá sido esses movimentos uma conquista ou mera utopia? O fato é que mesmo que a sociedade tenha demonstrado avanços na concepção de gênero, ainda prevalecem práticas que reforçam a cultura patriarcal e o desrespeito ao sexo feminino. Contudo, o desenvolvimento da história das mulheres caminha em direção à emancipação e à liberação (PERROT, 2007).

Vale dizer também que a forte influência do movimento feminista provocou outras mudanças sociais, dentre elas a manifestação de gays e lésbicas como atores sociais, e não

mais como categoria excluída, além de ainda ter viabilizado a liberação sexual, a quebra de muitos tabus e a afirmação da mulher como sujeito em uma sociedade que até então prevalecia a ideologia dominadora masculina. Além do mais, esse movimento permitiu a conscientização social e a reconstrução da personalidade da mulher (CASTELLS, 2008).

Não reconhecer tal transformação é negligenciar os fatos legítimos de mudança da sociedade, pois não há como negar as contribuições dos movimentos sociais humanistas e feministas na alteração dessa realidade. A evolução se manifestou e as conquistas são legítimas, no entanto, há um longo caminho a percorrer. Pois, por mais que se reconheça o papel e a efetividade dos movimentos sociais e feministas na construção de uma nova sociedade, pautada na igualdade e na justiça social de gênero, os efeitos deletérios do sistema patriarcal ainda permanecem vivos. Assim, não se pode afirmar que a sociedade encontra-se em um estágio de igualdade de gênero, não obstante, as profundas transformações alteraram a realidade de exploração-dominância e muito se tem caminhado para romper esse paradigma. Portanto, são perceptíveis as conquistas dos movimentos sociais, conquistas essas que migraram de um estágio de utopia para uma constatação real.

2.3 Rosa e Azul: as diversidades de gênero

A diversidade vem se caracterizando como um tema relevante dos estudos organizacionais, contudo é um conceito que ainda carece de consenso entre os pesquisadores (NKOMO; COX, 1999), além de se constituir em um campo profícuo no debate de gênero. Essa discussão é, em parte, uma resposta à crescente diversificação da sociedade (COX; BLAKE, 1991). Na concepção dos referidos autores a diversidade é considerada, em um foco específico, como um produto emergente de um processo histórico de classificação e atribuição de características que distinguem pessoas, grupos, comunidades e sociedades e que oferecem justificativas para suas posições sociais diferenciadas.

Tem-se que a expressão diversidade evoca concepções de diferenciação dos sujeitos sociais em função do gênero, raça, etnia, idade, orientação sexuais, religião, habilidades físicas, dentre outras categorizações. Contudo, sob o discurso de gênero essas diferenciações não podem refletir em práticas discriminatórias na sociedade. Todavia, o quadro da realidade é outro, pois tais categorizações acabam por produzir contextos discriminatórios. Os negros, as mulheres, os deficientes e os obesos são estigmatizados por conta de suas características físicas e mentais, ao passo que os indivíduos homossexuais, bissexuais e transexuais o são por conta da percepção social de um desvio de conduta moral por caem função da opção sexual (CABRAL; DIAZ, 1999, p.144).

Acerca das discriminações das mulheres no campo profissional, Georges (2008) acrescenta que estas realizam atividades informais e ocupam cargos com baixos salários, diferentemente dos homens, com domínio em profissões do outro extremo da pirâmide. Outra constatação é que as mulheres de origem social mais privilegiada não sentem tanto a cobrança do mercado. O que indica os diversos graus de discriminação social. Nesse discurso Ribeiro (2004) alerta que no caso das mulheres negras, elas sofrem dupla discriminação, por serem mulheres e ainda por serem negras, pois além de receber menos que os homens, elas ainda recebem menos que as mulheres brancas. O trabalho delas é caracterizado por ocupações precárias, serviço doméstico, constrangimentos, violência sexual e moral por parte dos empregadores, jornada de trabalho escravizante e salários irrisórios.

Essas práticas discriminatórias assistidas na sociedade configuram a problemática da desigualdade de gênero, e a conseqüente violência de gênero. Sobre esse aspecto tem-se que:

A desigualdade de gênero, como outras formas de diferenciação social, trata-se de um fenômeno estrutural com raízes complexas e instituído social e culturalmente de tal forma, que se processa cotidianamente de maneira quase imperceptível e com

isso é disseminada deliberadamente, ou não, por certas instituições sociais como escola, família, sistema de saúde, igreja, etc.(CABRAL; DIAZ, 1999, p.144).

No tocante à diversidade de orientações sexuais, Irigaray e Freitas (2009) preconizam que, especificamente esta tem sido negligenciada, mascarada e até mesmo negada. Entretanto, conforme destacam os autores, a sexualidade é uma questão pública e organizacional, devido ao fato de ela delinear o comportamento de homens e mulheres, construir expectativas, definir posições, acesso a cargos, bem como privilégios. Entretanto, historicamente, assim como as outras minorias, os homossexuais de ambos os gêneros têm sido alvo de atitudes discriminatórias (FREITAS; DANTAS, 2012). A rigor, a crença na superioridade da orientação heterossexual, ou seja, a heteronormatividade estigmatiza, nega e denigre toda e qualquer manifestação cultural não-heterossexual, desde a realização de casamentos civis e religiosos até a própria demonstração de afeto em público e na mídia.

Destaca-se que os homossexuais masculinos e femininos não compartilham da mesma identidade, de modo que a invisibilidade das lésbicas jaz, portanto, nos princípios androcêntricos da inferioridade e da exclusão da mulher, que tem sido desvalorizada e desqualificada de seu capital social, em nome da hegemonia masculina (IRIGARAY; FREITAS, 2009).

A hegemonia em torno do gênero masculino desencadeou violências de gênero profundas em mulheres, criando diferentes escalas de discriminação. O fato é que a homogeneidade masculina e a lógica patriarcal também se fazem presentes na comunidade homossexual, na qual ocorre a invisibilidade das lésbicas (portanto, das mulheres) bem como dos travestis, transexuais e transgêneros. Assim, criam-se os estigmas, os padrões sociais de conduta que marginalizam as diferenças. Entretanto, acredita-se que, uma compreensão mais profunda das múltiplas diferenças existentes na sociedade resultará na elaboração e na implantação de políticas de diversidade mais eficazes, bem como em sugestões para coibir práticas de violência moral na família, no trabalho e na vida social.

3. Horizonte Metodológico

O percurso metodológico que norteou este estudo baseia-se na perspectiva construcionista social, que foca a interanimação dialógica, ou seja, o diálogo que se constrói na relação com o outro. De acordo com Spink (2000, p. 60) trata-se de “[...] identificar processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem, incluindo elas próprias”. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que discute, a partir dos relatos de vida de Maria José, as discriminações vivenciadas pelo gênero feminino em uma sociedade historicamente masculinizada e a influência dos movimentos feministas na tentativa de modificar essa realidade. As informações foram construídas por meio da história de vida de nossa atriz social, Maria José, utilizando como complemento as narrativas memoriais e a observação participante.

A história de vida, que já foi duramente criticada pelo *mainstream*, supera sua condição marginal e passa a ser aceita de maneira mais efetiva nos anos 1980 (BERTAUX, 1993; DAVIS, 2003), como uma possibilidade de apreensão de informações no âmbito da pesquisa qualitativa. Para Queiroz (1991, p. 06) a história de vida é “o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu”. A história de vida representa uma estratégia metodológica na qual os discursos e as narrativas dos sujeitos ganham um valor central para a compreensão dos fenômenos sociais (JAIME; GODOY; ANTONELLO, 2007). Ao contar a sua história o sujeito poderá produzir outras significações para os fatos vividos transformando-se a partir da narrativa, mudando a sua relação com a sua história. Segundo Bosi (2003, p. 45), narrar é mais que reviver o passado é, sobretudo, um ato de criação, de

construção de novas possibilidades: “Ele evoca, dá voz. Faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca, está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência”.

As informações sobre a história de vida de Maria José nos foram repassadas em três momentos distintos, por meio de entrevistas em profundidade que foram gravadas e posteriormente transcritas para análise, por meio das narrativas memoriais de Maria José e por meio da observação participante de uma das pesquisadoras, visto que esta faz parte do cotidiano da entrevistada. As duas primeiras entrevistas aconteceram na residência de uma das irmãs de Maria e as outras duas em sua própria residência. No primeiro momento, solicitamos que ela nos contasse sobre as primeiras lembranças que ela tinha sobre sua vida, contemplando em especial sua família, sua infância, sua adolescência. No segundo momento, avançamos para outras fases que envolviam a vida adulta de Maria José, sua afirmação homossexual e entrada para o mercado de trabalho. Após discorrer sobre essas temáticas, solicitamos que nos relatasse momentos marcantes em que ela percebeu tratamento diferenciado por ser mulher e homossexual.

Quanto ao segundo método utilizado, as narrativas memoriais, Lins (1999, p. 61) ressalta que “a memória é um desdobramento contínuo e singular que garante vários tipos de identidade”. O indivíduo se constrói e se reconstrói também pelas memórias que trás consigo. Para Prado e Soligo (2004), o memorial, do latim *memoriale*, é a escrita de memórias e significa momento ou escrito que relata acontecimentos memoráveis.

Logo que entramos em contato com Maria para verificar a possibilidade de sua participação em nosso estudo e ela aceitou participar, solicitamos que iniciasse os memoriais. Ela deveria escrever quatro memoriais, abordando as seguintes fases de sua vida: infância, adolescência, vida adulta e vida profissional. Ela deveria nos entregar os memoriais somente após a última entrevista, pois não quisemos ter acesso antes para evitar que nossa curiosidade pudesse ser contida. Objetivamos com as narrativas memoriais captar lembranças ocultas que só vêm à mente em momentos de reflexão, que nem sempre são possíveis nas entrevistas, tendo em vista a urgência de resposta devido à presença do pesquisador.

As informações obtidas no estudo foram tratadas por meio da análise do discurso. De acordo com Putnam e Fairhurst (2001) esse tipo de análise tem a intenção de não somente apreender o conteúdo da mensagem, mas também explorar o seu sentido, seus significados: o que se fala e como se fala, o que está explícito e o que está implícito, a linguagem empregada e as dimensões enfatizadas. Nesta perspectiva, optamos por trabalhar com os seguintes procedimentos de análise: a) relação entre os conteúdos explícitos e implícitos; b) silenciamentos; c) seleção lexical; d) construção de personagens; e) seleção de intradiscursos e interdiscursos.

4. A vida e as memórias de Maria José

Eu sou metade Maria e sou metade José. Meu nome, diz muito sobre mim!

Dizem que quem conta um conto inventa um ponto, mas em pesquisa científica esse ditado popular tem pouca aplicabilidade, pois nós cientistas sociais buscamos reflexivamente construir o conhecimento a partir de nossas práxis e de nossas vivências, buscando sempre reproduzir a realidade social. Vale dizer que especificamente essa experiência de pesquisa só veio a somar à nossa trajetória acadêmica e profissional. Nossa entrevistada nos forneceu informações preciosas que denotam as perspectivas das relações de gênero e os contextos de desigualdade.

Maria José nasceu no dia 10 de julho do ano 1969, no interior do estado de Minas Gerais e veio compor uma família simples de princípios e orientações tradicionais. Nessa década já surgiam os primeiros movimentos feministas no Brasil e os primeiros debates sobre

gênero. Contudo, na sua família o pai era a figura dominadora, a quem se atribuía a responsabilidade pelo sustento da família e a mãe era aquela que cuidava do lar, o que incluía os afazeres domésticos e a educação dos filhos. Relata Maria que sua mãe, ao se casar, deixou o trabalho de professora no campo rural para dedicar-se ao marido e aos filhos. Essa configuração familiar reproduzia a lógica da sociedade patriarcal.

Nos seus primeiros anos de vida, Maria José confessa que não se identificava totalmente nem como homem, nem como mulher, pois ao vir ao mundo dois irmãos já a esperavam e ela cresceu na companhia desses até ganhar uma irmãzinha. Em meio às masculinidades dos seus irmãos e às feminilidades da sua irmãzinha, Maria se sentia no meio termo, nem totalmente mulher, nem totalmente homem, conforme confessa:

Tinha horas em que eu queria ser como os meus irmãos, sabe, essas coisas de meninos, de mandar nas brincadeiras, subir nas árvores mais altas, brigar na escola e fazer o mundo me respeitar, mas ao mesmo tempo eu queria ser doce, meiga e indefesa como a Martinha. Eu era realmente diferente, mas não sabia porque...Na minha infância tive muito desses conflitos. Mas tive uma infância feliz.

Maria José vivenciou crises de identidade de gênero desde sua infância, mas pelo seu discurso e memórias relatadas fica explícita sua identificação com o sexo masculino, pois ao relatar as experiências que marcaram sua vida, ela sempre faz menção aos dois irmãos mais velhos, conforme consta nas narrativas memoriais:

Meus dois irmãos mais velhos eram verdadeiros amigos, um me protegia, o outro me estimulava à liberdade. Apesar de algumas brigas de criança a gente se amava, brincávamos juntos, comíamos juntos, dormíamos juntos, tínhamos muita afinidade. Comecei a gostar de aventuras com os meus irmãos. A gente pulava o portão lá de casa que o meu pai trancava até com cadeado, e íamos brincar com as outras crianças na rua de queimada, de roubar bandeira, de bete, de pique, de cair no poço, de contar causos, de queda de braço e outras mais. Eu tinha que brincar com os meninos escondido, pois quando minha mãe via, eu levava uma surra com vara (trecho extraído das narrativas memoriais).

Filha de pais tradicionais, ela alega que não teve uma vida fácil e as oportunidades nunca foram muito grandes, pois Maria José cresceu em meio às restrições ortodoxas de comportamento da mulher. Desde pequena só podia brincar com bonecas, tinha que ajudar a mãe nos afazeres domésticos, aprender a cozinhar, a cuidar dos dois irmãos mais novos e crescer para casar e cuidar do marido. Por pertencer a uma igreja evangélica, as restrições só se acentuaram. Ela conta que ainda bem pequena a sua mãe lhe ensinava a usar o véu para orar, alegando que as mulheres não podiam falar direto com Deus.

Era muito engraçado, eu lembro assim que quando eu era criança, não lembro quantos anos, mas eu era pequena e via minha mãe orar de joelhos no quarto com o véu na cabeça. Ela me ensinava a orar e me fazia colocar o véu, porque falava que a gente não podia conversar com Deus sem a proteção do véu. Na igreja, também era assim, eu tinha que ir nos cultos e levar o véu para colocar na hora da oração.

O discurso de Maria demonstra claramente as conotações da sociedade patriarcal em que a mulher era considerada impura, desqualificada, irracional (NOVO, 2003) e relembrando São Tomás de Aquino, a mulher era um homem incompleto, um ser ocasional (BEAUVIOR,

1949). De tal modo que a hegemonia masculina se configurava na família de Maria José, na escola, na igreja e no seu meio social.

A tradição familiar exercia um “peso” na vida dela, pois o querer e o poder conflitavam as decisões mais simples da vida social. Ela queria usar calças como seus três irmãos (pois nesse estágio ela já tinha ganhado o seu terceiro irmão), mas por ser evangélica, ela deveria usar somente saias longas, assim como sua irmã, sua mãe, suas tias e as irmãs da igreja, além de ter que manter os cabelos compridos. Enfatiza Maria que as calças eram consideradas vestias de homem e, portanto, as mulheres não poderiam usar e as que usavam, estavam pecando contra Deus. Mas o tempo passou e Maria José, já aos treze anos, começa a questionar as orientações religiosas e pela primeira vez, pega uma calça de seu irmão escondido e a usa como símbolo de conquista e liberdade.

Eu apanhei do meu irmão por usar a calça, mas eu não me arrependo. Parece que naquele momento eu estava me libertando de preconceitos que eu carregava e não entendia porquê. Eu só queria ser livre, usar as roupas que bem entendesse, sair e não ter que dar satisfação a ninguém, sabe, essas coisas de adolescente. Eu gostei de me sentir como eles (homens). Foi a partir dessa época que vivi meus conflitos mais intensos.

Nesse âmbito da vida de Maria José a sexualidade ainda era fortemente reprimida no caso das mulheres, mesmo apesar das manifestações dos movimentos feministas na década de 1980. Entretanto, os ideais de sacralidade vigoravam em seu meio social, influenciando sua fase de adolescência. Destaca-se que a adolescência marcou profundamente a história de Maria José, que em meio às brincadeiras entre amigos, se descobre gostando de uma pessoa de mesmo sexo. Ela explica o fato em uma de suas narrativas memoriais.

Eu tinha 13 anos de idade, e um certo dia brincando de pique esconde, me escondi junto com uma das meninas, quando ela se aproximou e me tocou, abraçando deu-me um beijo no rosto. Meu coração quase saiu do peito, minhas pernas ficaram trêmulas, não entendi nada. No outro dia brincamos novamente, nos escondemos juntas e ficamos trocando carinhos, e isso se repetiu por vários dias. Ela não mais saía do meu pensamento, sonhava com ela, então me apaixonei.

Maria José conta que seu primeiro romance durou pouco, pois elas foram descobertas e afastadas por ambas as famílias, que até então não tinham ciência da situação. Maria alega que sofreu muito, pois sentia além da vergonha, muitas saudades da proximidade e dos carinhos trocados com sua parceira. Inclusive ela destaca que não compreendia o motivo pelo qual aquela situação era absurda pra ela, enquanto que para seus irmãos, tratava-se de algo perfeitamente normal.

Foi aí que começou as dúvidas, a guerra de pensamentos, minhas amigas da mesma idade gostavam de meninos e eu de meninas. Isso estava certo ou errado? Diante da religião, era pecado? Ainda não sabia que sentimento era aquele. Comecei a me questionar. Resolvi que beijaria um rapaz, então escolhi um amigo de meus irmãos. Amigo da família, era um rapaz muito bom, humilde e trabalhador. Um dia saímos todos, deixei que me beijassem porque sabia que gostava de mim. Em vão, não consegui, tive nojo. Saí correndo. Continuei testando por algum tempo meninos e meninas. Sofri muito até que então descobri, era realmente de meninas que eu gostava, pois meu coração só palpitava por elas (trecho extraído das narrativas memoriais).

Nesse estágio da vida de Maria de José, ela enfatiza que somente seus dois irmãos mais velhos e duas primas sabiam da sua opção sexual. Os colegas da escola, amigos e vizinhos já desconfiavam, mas ninguém tinha certeza. Ela confessa que temia envergonhar a sua família, pois o que ela sentia fugia dos padrões sociais da época. Temia o pessoal da escola, a vizinhança, os amigos e principalmente seus familiares, pois em ambas as famílias, materna e paterna, não haviam casos de homossexualismo e conforme defendem Irigaray e Freitas (2009) a sexualidade tende a influenciar negativamente o trajeto pessoal e profissional de um indivíduo.

Eu não podia envergonhar a minha família, mas minha opção sexual falou mais alto. Foi aí que me revelei. Lembro com nitidez quando meu irmão contou para o meu pai: “Pai, ela gosta de mulher”. E ele me perguntou: “Isso é verdade?” Já decidida a me assumir perante todos, respondi: Da fruta que o senhor gosta eu como até o caroço. Fechei os olhos e esperei que ele me batesse. Porém, ele respondeu: “Ah, é melhor assim, não tem problema”. Nesse momento me realizei, pois ele era a única pessoa que poderia me condenar e não fez. A minha mãe até hoje não fala no assunto, mas eu a respeito.

Maria relata que foi uma grande conquista a aceitação por parte de pai, pois ele era muito tradicional, muito religioso e muito correto. A verdadeira figura paternalista. Era o ser soberano na família e a autoridade máxima sobre ela. Ele não admitia erros e ela era sua primeira menina, a quem ele concentrava os sonhos de um casamento e filhos. Ela conta que a reação do seu pai lhe surpreendeu muito, pois ela não esperava esse comportamento dele. Nesse estágio, as questões ligadas à sexualidade de gênero já estavam em pauta, e movimentos sociais, lésbicos e homossexuais já aconteciam a todo vapor na sociedade, em busca da aceitação da diversidade de gênero. Em meados da década de 1980, o Movimento LGBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) buscava esse reconhecimento.

Maria José vivenciou esses movimentos e sentiu na pele esse quadro de mudanças da sociedade. Ela esclarece que os conflitos vivenciados lhe fizeram abandonar a igreja, cortar o cabelo e vestir roupas masculinas, mas em contrapartida, permitiram o seu desenvolvimento pessoal e sua afirmação enquanto sujeito feminino homossexual, abrindo caminhos para sua trajetória profissional.

4.1 Os desafios da vida adulta e profissional de Maria José

Evidenciado está que as relações de gênero são definidas histórica e culturalmente desde a origem do patriarcado, o qual mantém a primazia masculina e a necessidade do homem subordinar a mulher, definindo seus papéis na estrutura familiar (PERROT, 2007; TOURAINÉ, 2007). De acordo com Novo (2003), as mulheres de modo geral não tinham direito à vida pública, o que significava a impossibilidade do desfrute da sociabilidade dos bares, restaurantes, cafés e de determinados espaços de lazer e prazer, pelo menos, não nas mesmas condições que os homens. Entretanto, Maria já não se deixava dominar por esses estigmas sociais, pois ao assumir sua posição homossexual, se assumiu como sujeito de sua história.

Iniciei minha vida adulta com coragem. Comecei a abrir o meu espaço, foi difícil! Mas fiz com que as pessoas me respeitassem e me aceitassem como eu era, (isso era a parte mais difícil), porque eu respeitava a todos também. Foi um momento crítico. Nessa fase eu freqüentava os bares da cidade. Virava noites em danceterias. Foi aí que me perdi, caí na gandaia, ficava

com várias meninas ao mesmo tempo. Pegava mais que meus irmãos, pois minha família já sabia.

Nesta fase Maria confessa que assumiu totalmente os estereótipos masculinos, o que incluía se destacar pela força física, manter os cabelos curtos, andar em companhia de homens, beber e fumar. Para a época, esses eram comportamentos inadequados para mulheres. Por se afirmar como homem, ela não se incomodava com esse fato. Nota-se que, mesmo diante de situações difíceis, ela buscou respeitar as pessoas, para que delas recebesse o respeito que merecia. Outra mudança foi a iniciação na doutrina espírita.

Nesse contexto, o trabalho teve um significado especial para Maria José, uma vez que, por meio dele, ela adquiriu respeito e reconhecimento profissional, o que a proporcionou mais segurança diante dos desafios que enfrentara. O fato de ser mulher e homossexual atuando no mercado de trabalho não era algo comum em uma época em que as mulheres estavam ainda adentrando esse mercado. Por ser homossexual, Maria estava ciente de que as dificuldades poderiam ser maiores. Mas decidiu encarar isso de frente, conforme relata.

Ao completar 18 anos fui trabalhar em um restaurante. Na minha entrevista de trabalho falei sobre minha preferência sexual para meu futuro patrão que aceitou dizendo: “Da porta pra fora não tenho nada com sua vida, faça o melhor que puder aqui dentro”. E foi o que fiz, me tornei uma ótima profissional. Fiquei lá vinte e cinco anos. Claro que sofri alguns preconceitos, mas nada que eu não soubesse contornar (trecho extraído das narrativas memoriais).

Maria atesta que não sofreu homofobia, pois conforme destacou Irigaray e Freitas (2009) as práticas homofóbicas e heterocêntricas impedem que os homossexuais vivam plenamente suas vidas afetivo-sexuais, criando barreiras para que os mesmos se insiram e ascendam no mundo corporativo.

Recentemente Maria José redefiniu sua carreira profissional. Deixou para trás vinte e cinco anos na profissão de chefe de cozinha para tornar-se instrutora de trânsito e professora de legislação. Trata-se de um período de significativa mudança em sua vida. Mudanças estas que não aconteceram somente em sua carreira, mas também na forma com que ela se posiciona hoje como homossexual na sociedade.

É engraçado. Quando paro pra pensar no quanto eu me tornei diferente com o tempo. Há uns vinte e cinco anos atrás, quando eu resolvi me assumir como homossexual, eu fazia questão de parecer homem, eu andava igual homem, falava igual homem, vestia igual homem e queria que todo mundo soubesse e percebesse que eu era lésbica. No trabalho então, eu fazia questão até de falar. Hoje não (...) O que me fez mudar foi minha companheira. Um dia ela falou: “Se eu gostasse de homem eu não estaria com você. Então, você não precisa se parecer com homem”. Isso me fez repensar minhas atitudes e ver que sexualidade não tem nada a ver com parecer homem ou mulher. Aí eu comecei a fazer minhas unhas, usar brincos, calçar sandalinhas e eu tenho me sentido bem assim.

Os movimentos feministas, assim como os LGBTs, vêm há várias décadas buscando visibilidade numa sociedade masculinizada e heterossexualizada. Tais movimentos conseguiram, no decorrer do tempo, conquistar direitos até então a eles negados. Maria se revelou lésbica numa época em que isso era relativamente menos comum que na atualidade. Embora ela não tenha mencionado explicitamente isso, acredita-se que o fato de hoje, a sociedade ser menos radical em relação aos homossexuais, diminuiu a necessidade de ela se

afirmar todo o tempo e de todas as formas como lésbica. A “rebelia” de desejar mostrar a todos sua opção sexual, nada mais era que a forma que Maria encontrou para lutar contra os preconceitos e discriminações que a acompanhavam.

4.2 As desigualdades de gênero configuradas nos relatos e nas memórias de Maria José

Maria José ao relatar sobre as desigualdades de gênero sentidas em sua trajetória aponta para as crises mais simples sofridas na infância e adolescência, como os estigmas de roupa de homem e de mulher, palavras de homem e de mulher, comportamentos de homens e de mulher. Coisas simples, que afetaram sua construção como sujeito. Ela alega que as primeiras vezes em que se sentiu discriminada foi pelo fato de ser mulher e não poder gozar dos mesmos privilégios que os homens. Essa denotação foi sentida ainda na família, no convívio com seus irmãos que tudo podiam.

O maior preconceito que Maria informa ter sentido por ser homossexual foi também na família. Ela menciona sobre suas tias que choraram quando descobriram sua opção sexual e sua mãe que até hoje nunca tocou no assunto, embora tenha ciência do que acontecia tanto na época quanto agora. Ela se lembra também de primas que não puderam mais conviver com ela após a família tomar conhecimento de sua situação.

No seu primeiro trabalho, Maria informa que sofreu poucos preconceitos. Ela relata uma situação em o preconceito ficou explícito.

Eu tive poucos preconceitos. Mas no meu primeiro emprego tinha meninas que tinham medo de mim. Tipo assim, elas não tomavam banho perto de mim, não se aproximavam muito, quase não conversavam comigo. Mas tinha outras que nem ligavam. Os homens nunca me trataram com discriminação. Mas acho que também não me tratavam como mulher.

O fato de ser lésbica coloca Maria José como alvo de preconceitos advindos de seus pares e a liberta da discriminação masculina, ou seja, acontecia com ela o oposto do que se observa nas organizações em relação às mulheres. Curioso é analisar que no atual trabalho, ocorre o contrário: Maria José sofre mais preconceitos por ser mulher do que por ser lésbica. Por assumir a profissão de instrutora de trânsito, ocupada na maior parte das vezes por homens, ela sente a discriminação. No início, Maria percebeu certos comentários de alunos homens em relação ao fato de aprenderem a dirigir com uma mulher, mas com o passar do tempo foi ganhando a confiança desses alunos.

Na minha primeira aula de legislação ouvi um aluno fazendo um comentário. Ele disse que era “fria” aprender a dirigir com mulher e os outros deram risadas. Eu fiquei com medo. Pensei que pudesse ter problemas. No início os alunos homens evitavam me ter como instrutora, mas depois isso foi mudando. Depois da primeira aula é muito comum eles me falarem que gostaram da aula, que eu ensino bem, que eu dirijo igual homem (Risos) Eles falam em tom de brincadeira, sabe, mas eu acho que tem um fundinho de verdade (...) As mulheres não. Eu tenho muitas alunas mulheres, principalmente casadas. Nunca percebi nenhum tipo de diferença por eu ser mulher, nem por ser homossexual. Engraçado é que elas não me evitam...

“Mulher no volante, perigo constante”. É bem por aí que se explica o motivo pelo qual Maria vivenciou e ainda vivencia certo preconceito em seu trabalho como instrutora de trânsito. A ideia que se criou na sociedade sobre o fato de mulheres não serem boas

condutoras trás problemas que perpassam as ruas e avenidas da cidade. Conforme demonstrado em seu relato, os alunos homens sentem-se inseguros por serem orientados por uma mulher. É como se isso ferisse seu ego. No entanto, ao realizarem a primeira aula e se darem conta de que “Maria” ensina tão bem quanto um “José”, passam a confiar em seu trabalho.

Maria José ao finalizar a reflexão sobre sua vida canta a canção de Milton Nascimento, que segundo ela reflete sua história, suas pulsões, desejos e emoções mais intensas. Conforme Maria, a sua história é uma história de sucesso, pois ela se sente uma vitoriosa. Portanto, optamos por finalizar essa discussão com essa melodia e embalar os leitores nessas notas musicais.

Maria, Maria é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida..

Fonte: Música – Maria Maria de Milton Nascimento

5. Considerações finais

Não há como negar que avanços já foram feitos no que se refere à busca de igualdade entre homens e mulheres na sociedade. Essas relações que foram e ainda continuam sendo, porém menos expressivamente, relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas; relações nas quais assiste-se às situações de opressão, violência simbólica e conflito social (HIRATA, 2002). São relações que atravessam a sociedade e se articulam com o conjunto de atividades sociais; implicam antagonismo ou conflito ligado a relações de dominação; e podem ser modificadas historicamente (FIGUEIREDO, 2001; PERROT, 2007).

A história trás uma série de possibilidades para que as coisas possam ser diferentes. A todo instante nos deparamos com mudanças sociais, tecnológicas, ambientais, dentre outras. Mas a história maior é composta por pequenas histórias, que vão se acumulando e gerando possibilidades para que novas histórias possam ser contadas. Foi pensando assim que decidimos, nesse artigo, contar a história de Maria José, propondo a partir disso uma reflexão sobre as desigualdades de gênero presentes na sociedade.

Esta reflexão foi elaborada em meio a um esforço conjunto de discussão sobre a problemática da desigualdade. Algumas feministas afirmam que as mulheres estão aprendendo a criar sua própria linguagem, já que nasceram num mundo conformado pelas categorias e interpretações masculinas, ao qual tiveram de se moldar e do qual se libertaram, diga-se de passagem, pelo menos em partes (SAFFIOTI, 2004).

A história de Maria José vai de encontro a essas alegações, pois ela vivenciou a passagem de uma sociedade patriarcal para o século das mulheres. Ela sofreu preconceitos e crises de identidades por ser mulher e ainda por ser lésbica. Ela sofreu repressões no seio da família, na vida social e menos expressivamente no trabalho, pois o contexto já caminhava

rumo à igualdade de gênero. Maria José conquistou o seu espaço como lésbica e como trabalhadora, e alegou que passou a ser respeitada e aceita, independente de sua sexualidade.

Observamos que inicialmente ela utilizou a “linguagem” masculina como forma de demonstrar para todos ao seu redor que ela não era a “menina meiga, delicada, que brincava de boneca e fazia comidinha para o marido que chegaria do serviço”. Essa linguagem a diferenciou consideravelmente das mulheres de sua época, que começavam a dar os primeiros passos rumo à emancipação. Hoje, após diversas mudanças sociais que proporcionaram maior liberdade às mulheres, Maria se permite voltar a usar a “linguagem” feminina. Não é mais necessário ser José, é possível ser Maria José, mulher, lésbica, espírita, trabalhadora, porém, protagonista de sua história.

É importante compreender que as diferenças biológicas entre os corpos masculinos e femininos são importantes no que se refere aos limites que cada um possui. No entanto, ao se tratar o gênero, essas diferenças não podem ser aceitas como explicação para justificar as desigualdades entre homens e mulheres vivenciadas na sociedade. E essas desigualdades não podem refletir em práticas discriminatórias nos campos sociais, como por exemplo, no âmbito organizacional e nem tampouco criar barreiras à participação das mulheres como atores sociais.

Referências

- ARANGUREN, M. N. Mirada Nueva – Problemas Viejos. In: **Mujeres y Sociedad: Nuevos Enfoques Teóricos y metodológicos**. (org. Lola. G. Luna). Primeira Edição; Promociones e Publicaciones Universitarias, S.A. Barcelona, 1991.
- BEAUVIOR, S. **O Segundo Sexo** – Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, vol.1. Trad. Sergio Milliet, 1949.
- BERTAUX, D. La perspectiva biográfica: validez metodológica y sus potencialidades. IN: MARINAS, J.; SANTAMARINA, C. **La historia oral**. Madrid: Ediciones Debate, 1993.
- BOSI, E. **O Tempo vivo da Memória**: Ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CABRAL, F.; DIAZ, M. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação**: um novo olhar. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. Belo Horizonte: Gráfica Editora Rona Ltda. p. 142-150, 1999.
- CAPPELLIN, P. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical no Nordeste, 1976/1986. In COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Rebeldia e submissão - estudos sobre condição feminina**. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Fundação Carlos Chagas, p.255-312, 1989.
- CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, vol.2. 344p. pag. 229-285, 2008.
- CLARK, P.; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards a ‘historic turn’? **Business History**. v. 46, n. 3, 2004.
- COX, T. H.; BLAKE, S. Managing Cultural diversity: Implications for organizational competitiveness. **Academy of Management Executive**, v. 5, n. 3, 1991.
- DAVIS, K. Biography as critical methodology. *Biography and Society*. **Research Committee 38 of the ISA**, 2003.
- DEL PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto e Fundação UNESP, p. 141-188, 2001.
- FREITAS, M.; DANTAS, M. (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 379 p.
- GEORGES, I. Entre Vida Doméstica e Vida Profissional. Engenheiras no Brasil e na França. IN: COSTA, Alberlina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena.

- Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Internacionais.** Rio de Janeiro; Editora FGV, 2008, p.245:261.
- HIRATA, H. Novas tecnologias, qualificação, divisão sexual do trabalho. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.
- IRIGARAY, H. A. R.; FREITAS, M. E. Sexualidade nas Organizações Brasileiras: Um estudo sobre Lésbicas no Ambiente de Trabalho. **XXXIII ENANPAD**, São Paulo, 2009.
- JAIME, P.; GODOY, A. S.; ANTONELLO, C. S. História de vida: origens, debates contemporâneos e possibilidades no campo da administração. In: **ENEPO**, 1., 2007, Recife. Anais... Recife: 2007. p. 1-16.
- NKOMO, S.; COX, T. H. Diversidade e identidade nas organizações. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.
- NOVO, M. La mujer como sujeto, ¿utopia o realidad? **Revista Polis**, vol. 2, n.6, 2003.
- PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. Santa Catarina: **Revista Ciência Hoje**, n.28, 1987.
- PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, p.09-39 e 109-133, 2007.
- PRADO, G. V.; SOLIGO, R. **Memorial de Formação: quando as memórias narram a história da formação**. Mimeo Unicamp, 2004.
- PUTNAM, L; FAIRHURST, G. Discourse analysis in organizations: issues and concerns. In: JABLIN, F. M; PUTNAM, L. (Ed.) **The New Handbook of Organizational Communication**. Thousand Oaks: Sage, 2001.
- QUEIROZ, M. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: Queiroz, 1991.
- RAGO, M. Ser mulher no século XXI – ou carta de alforria. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). In: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 31-42, 2004.
- RIBEIRO, M. Relações Raciais nas Pesquisas e Processos Sociais: Em Busca de Visibilidade para as Mulheres Negras. IN: **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2004. p.86:105.
- SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e patriarcado – violência contra mulheres. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p.43-59, 2004.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1989.
- SHMIDT, S. P. Como e Por Que Somos Feministas. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, n.12, set/dez. p.17-22, 2004.
- SOIHET, R. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In SOIHET, R. **Gênero e Ciências Humanas. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos. 94-114p, 1997.
- SPINK, M. J. P. **Os Contornos do risco na modernidade reflexiva: contribuições da psicologia social**. Revista da Associação Brasileira da Psicologia Social – ABRAPSO, [S.l.], v. 12, n. 12, jan./dez. 2000.
- STEARNS, P. N. **História das Relações de Gênero**. São Paulo: Contexto, p. 15-40 e 235-251, 2007.
- STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica – compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **RAE**, São Paulo, v.32, n.3, p.62-69, jul/set, 1997.
- TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 207p. pag.15-40, 2007.
- VÁRZEA, M. O feminismo no Brasil e OTTO, C. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Resenha** do livro PINTO, C. R. J. Uma História do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 119p. (Coleção Histórica do Povo Brasileiro), 2003.